

Apresentação

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) vem se consolidando, desde 1996, como espaço social de pesquisa. De 1996 a 1997, ela desenvolveu um programa de pesquisa sobre A Situação da Administração da Educação no Brasil, que envolveu pesquisadores de todo o País em quatro pesquisas nacionais. Os relatórios dessas pesquisas foram publicados nos cadernos da Série *Estudos e Pesquisas*, de sua edição.

No período de 1998 a 1999, a Anpae desenvolveu a pesquisa *O estado da arte sobre políticas e gestão da educação no Brasil: 1991-1997*.^{*} Decorrente desta pesquisa, disponibiliza, em sua *home page* (<http://www.fe.unb.br/anpae>), o banco de dados contendo as fichas das 922 pesquisas levantadas. Como outra forma de divulgação dessa pesquisa, publica-se este livro, que analisa toda a produção acadêmica identificada e que se constitui uma expressão do compromisso acadêmico-político de pesquisadores do mais alto nível com a causa da construção histórica de uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade para todos. A cada um, um especial agradecimento.

Agradecemos ainda ao Conselho Nacional de Secretários de Educação/Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional (Consed/Renageste), pela parceria na coleta de dados nas unidades federadas, e, também, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e à Fundação Ford, pelo apoio financeiro que viabilizou a construção desse processo.

Os resultados alcançados no presente estudo são uma contribuição histórica para a academia, para a prática da gestão e para o estabelecimento de políticas. Primeiro, eles contribuem para a realização de estudos e pesquisas, subsidiando trabalhos acadêmicos; além disto e principalmente, trazem reflexões e encaminhamentos que podem auxiliar na melhoria da prática social da educação, especialmente de sua gestão em nível de sistema, de instituições educativas e de outras organizações da sociedade civil. Contribuem, ainda, para subsidiar o estabelecimento de políticas de educação comprometidas com a construção da cidadania brasileira.

Regina Vinhaes Gracindo
Presidente da Anpae – 1995-1999

^{*} Versões anteriores deste trabalho foram publicadas pela Anpae, como relatório de pesquisa, na série *Estudos e Pesquisas*, n. 6, Brasília, 1999, e pela Editora Plano, Brasília, 2001. (N. do E.)

Introdução

Lauro Carlos Wittmann*
Regina Vinhaes Gracindo**

O PROCESSO DA PESQUISA

Na administração da educação, as funções básicas de estabelecimento de políticas e de gestão da educação, assim como a resultante organização e funcionamento das instituições educacionais, são fatores decisivos no desempenho e no nível de qualidade de sua prática. Um estudo da produção de pesquisas como expressão do estado do conhecimento sobre Políticas e Gestão da Educação torna-se, pois, de fundamental importância para o processo histórico de produção de conhecimento, para a qualificação dos agentes e para a melhoria da prática concreta da educação, especialmente de sua administração.

Com o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento relevante na área da administração da educação e consolidar sua base nacional de articulação e intercâmbio sistemáticos entre pesquisadores na área, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) realizou este estudo e, através desta publicação e da Internet,¹ disponibiliza os resultados alcançados.

A rede nacional de pesquisadores da Anpae foi mobilizada para as atividades de elaboração do projeto, levantamento e análise dos dados e elaboração desta publicação. Além dos coordenadores nacionais, organizadores desta publicação, e dos autores dos capítulos deste livro, tiveram destacada participação os seguintes pesquisadores: Edna Maria Cunha Dias/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gilda de Araújo Costa/Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), José Soares de Araújo Filho/Universidade Federal do Piauí (UFPI), Jacira Caboclo da Costa/Universidade do Amazonas (UA), Jurema Rosa Lopes/Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Kátia Siqueira de Freitas/Universidade Federal da Bahia (UFBA), Otávio Augusto Martins/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Rinalva Cassiano Silva/Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Os pesquisadores, além de reuniões nacionais, participaram do processo por interlocução virtual, mediante a utilização dos recursos do correio eletrônico.

O estudo desenvolveu-se, de setembro de 1998 a novembro de 1999, em três fases: a) levantamento das pesquisas realizadas; b) categorização das pesquisas e inclusão do acervo levantado no Banco de Dados da Anpae; e c) análise dos documentos por categoria e elaboração dos textos para divulgação dos resultados.

* Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb) e diretor de pesquisas da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (Anpae).

** Professora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Anpae.

¹ Cf. <http://www.fe.unb.br/anpae>

LEVANTAMENTO DE DADOS

Foi estabelecido que o estudo deveria envolver todas as pesquisas sobre políticas e gestão concluídas no período de 1991 a 1997, como um prosseguimento do levantamento (já iniciado em 1997) desenvolvido pelos professores da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Algarte e Regina Vinhaes Gracindo e publicado no Caderno nº 3 da Série *Estudos e Pesquisas* da Anpae, em 1998. Assim, foram identificados relatórios de pesquisa, livros e artigos que, nesta ordem de prioridade, continham as informações necessárias para a análise pretendida.

Para o levantamento de dados, a Anpae contou com sua rede nacional de pesquisadores, tendo um coordenador em cada unidade federada, e, em algumas delas, com uma equipe de pesquisadores. Em diversos casos, esta equipe envolveu-se muito além da coleta de dados, participando da análise das pesquisas levantadas, bem como da definição das categorias ou áreas temáticas. Com a idéia de contemplar um horizonte bastante amplo de pesquisas realizadas, de forma extensiva, optou-se por se tomar como base os resumos das produções acadêmicas referidas.

Nessa fase ocorreu a primeira parceria da Anpae com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) na realização da pesquisa. Os representantes estaduais da Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional (Renageste) auxiliaram no levantamento dos dados das respectivas unidades federadas.

A estratégia de levantamento dos dados, os procedimentos de coleta, assim como a elaboração do instrumento e a própria coleta dos dados, foram definidos no processo, com o envolvimento de pesquisadores da Anpae de todo o País.

Os documentos resultantes desse levantamento têm limitações de duas ordens: primeiro, o rastreamento não foi exaustivo, o que significa existirem pesquisas concluídas no período e que não constam do levantamento, por não terem sido levantadas ou porque foram excluídas da análise por falta de dados indispensáveis; segundo, grande parte dos resumos levantados impuseram limites ao aprofundamento da análise neste estudo do estado do conhecimento. A natureza dos resumos é variada, não contemplando todos os aspectos que devem existir num resumo de pesquisa – eles não indicam descritores, e muitos omitem informações sobre a metodologia ou resultados. Apesar destas limitações, o resultado alcançado constitui uma contribuição significativa para a área de estudo.

Organização do Banco de Dados e Primeira Análise

Inicialmente, os dados primários e secundários coletados foram incluídos no Banco de Dados da Anpae, para, em seguida, desencadear-se o processo de análise dos documentos com vista à definição das categorias ou áreas temáticas contempladas nas pesquisas levantadas; houve uma especial atenção nesse processo de definição das categorias e, principalmente, na categorização dos resumos. Dadas as limitações dos resumos, destacadas anteriormente, a busca de novas informações visando à complementação e à fidedignidade dos dados obtidos foi fator que exigiu dedicação redobrada.

Houve um processo de seleção dos documentos resultantes do levantamento inicial. Muitos referiam-se a outras áreas – como avaliação de aprendizagem e experiências didáticas – e que foram excluídos da análise por "impertinência temática"; outros correspondiam a pesquisas que não haviam sido concluídas no período do estudo (1991 a 1997), que também foram excluídos por "impertinência temporal". Um terceiro grupo foi excluído por preenchimento inadequado ou falta de informações solicitadas no instrumento de coleta, como autor, origem institucional, natureza da pesquisa ou, até mesmo, o próprio resumo.

O projeto inicial previa a categorização das pesquisas em dois grandes conjuntos: políticas e gestão. A análise dos dados levou, no entanto, a uma redefinição da enucleação das categorias ou áreas temáticas. A partir dos documentos, foram enucleadas 11 grandes temáticas da produção de pesquisas. Os documentos pertinentes a cada uma destas temáticas constituíram a base para a análise do estado da arte, constituindo cada temática um capítulo desta publicação.

Os conteúdos constantes do Quadro 1, encontrados nas pesquisas e identificados como eixos temáticos, fundaram a definição das 11 categorias deste estudo.

Quadro 1 – Categorias temáticas e conteúdos respectivos

CATEGORIAS	CONTEÚDOS
1. <i>Escolas/Instituições Educativas e Sociedade</i>	Educação e movimentos sociais; educação e sindicatos; educação e trabalho; educação, ciência e tecnologia; educação e realidade dos educandos; função social da escola.
2. <i>Direito à Educação e Legislação do Ensino</i>	Estudos da LDB; educação e cidadania; educação e leis orgânicas; direitos constitucionais; ações visando à inclusão.
3. <i>Políticas de Educação: Concepções e Programas</i>	Programas governamentais; partidos políticos e educação; qualidade e educação; modernidade; globalização e neoliberalismo.
4. <i>O Público e o Privado na Educação</i>	Comparação entre educação pública e privada; Igreja e Estado; estudos sobre o ensino público e sobre o ensino privado.
5. <i>Financiamento da Educação</i>	Esferas de poder e execução orçamentária; gestão de recursos públicos; arrecadação e distribuição de recursos públicos.
6. <i>Municipalização e Gestão Municipal da Educação</i>	Processos de municipalização; estudos sobre escolas municipais; relação município/escola; implantação e execução de políticas de democratização e de descentralização de municípios.
7. <i>Planejamento e Avaliação Educacionais</i>	Formas e dinâmicas de planejamento da educação; avaliação de programas, projetos e organizações educativos.
8. <i>Profissionais da Educação: Formação e Prática</i>	Formação e prática/atuação e identidade dos profissionais de educação.
9. <i>Gestão de Sistemas Educacionais</i>	Instâncias e suas articulações; implantação e execução de políticas de democratização e de descentralização da União e Estados; estudos sobre redes estaduais de ensino.
10. <i>Gestão da Universidade</i>	Concepções de universidades e de sua administração; autonomia; organização acadêmica; ensino; pesquisa e extensão.
11. <i>Gestão da Escola</i>	Participação e democratização da escola; conselhos escolares; direção da escola – funções, liderança; organização do trabalho escolar; autonomia da escola.

Análise por Área Temática e Divulgação

A última etapa desta pesquisa consistiu na análise e elaboração dos capítulos para divulgação dos resultados, através da publicação em livro e sua disponibilização na Internet. Um significativo número de pesquisadores da Rede Nacional de Pesquisadores da Anpae participou da definição do processo de análise e das sugestões para a elaboração de textos e divulgação dos resultados da pesquisa. Em várias reuniões da equipe coordenadora, com a participação de outros pesquisadores e mediante contribuições enviadas por correspondência postal ou eletrônica, foram analisados os dados levantados e delineados aspectos da metodologia de trabalho, resultado, portanto, de esforço coletivo.

Nessa fase, os documentos foram distribuídos segundo as 11 categorias ou áreas temáticas que constituíram o objeto de estudo do estado do conhecimento. Os autores dos capítulos fizeram a análise descritiva dos respectivos documentos e elaboraram os textos.

A busca da unidade na diversidade norteou o trabalho de análise das categorias. A unidade era demandada pelo fato de se tratar de *uma* pesquisa desenvolvida pela Anpae; a diversidade decorreu do fato de *cada capítulo* ser elaborado por *autores diferentes*. Portanto, cada capítulo deste livro constituiu uma pesquisa com identidade, autonomia e objetivos próprios, inerentes ao estudo específico de cada categoria. Respeitada esta especificidade, cada categoria manteve ligação com o todo, integrada ao contexto do estudo global.

As exigências mínimas para a análise descritiva dos resumos levantados, coletivamente definidas, não constituíram uma camisa de força, mas sugestões para garantir a unidade da pesquisa em seu conjunto ou a integração de cada capítulo sobre uma das categorias no todo do estudo deste estado do conhecimento.

O resultado constante desta publicação revela, como traço comum e fundamental de todo o processo, o esforço de nortear as análises pelo princípio metodológico da fidelidade ao objeto, enucleando o que está nos resumos, descobrindo os eixos que neles estão presentes. O horizonte teórico dos autores dos capítulos foi o "filtro". Se, de um lado, não foi possível confrontar a produção levantada com todo o conhecimento de ponta no tema, de outro lado procurou-se superar a mera descrição classificatória. Nesse sentido, os dados foram problematizados na construção de cada tema/categoria, possibilitando uma significativa reflexão para a área.

Visão Sinóptica dos Resultados

A título de situar a totalidade do estudo e de expor alguns pontos relevantes de suas partes, destaca-se, inicialmente, que foram analisados 1.170 documentos, dos quais 248 foram excluídos da pesquisa por impertinência (temática ou temporal) ou por insuficiência de dados. Os demais, 922, foram incorporados ao estudo e distribuídos em 11 categorias (cf. Tabela 1).

Tabela 1 – Número de pesquisas por categoria

(continua)

CATEGORIAS	Nº DE PESQUISAS	%
1. <i>Direito à Educação e Legislação do Ensino</i>	74	8,0
2. <i>Escola/Instituições Educativas e Sociedade</i>	114	12,3
3. <i>Financiamento da Educação</i>	25	2,7
4. <i>Gestão da Escola</i>	134	14,5
5. <i>Gestão da Universidade</i>	98	10,6
6. <i>Gestão de Sistemas Educacionais</i>	62	6,7

(conclusão)

7. <i>Municipalização e Gestão Municipal da Educação</i>	60	6,5
8. <i>Planejamento e Avaliação Educacionais</i>	40	4,6
9. <i>Políticas de Educação: Concepções e Programas</i>	139	15,0
10. <i>Profissionais da Educação: Formação e Prática</i>	143	15,5
11. <i>O Público e o Privado na Educação</i>	33	3,5
TOTAL	922	100

Quase 70% das pesquisas analisadas concentram-se em cinco categorias: a) *Profissionais da Educação: Formação e Prática*; b) *Políticas de Educação: Concepções e Programas*; c) *Gestão da Escola*; d) *Escola/Instituições Educativas e Sociedade*; e) *Gestão da Universidade*. Destas, há uma significativa preponderância de duas (mais de 30%): as que tratam da formação e prática dos profissionais de educação e as que dizem respeito às políticas de educação.

Três das 11 categorias analisadas receberam um volume bastante diminuto de pesquisas, próximo de 10% do total. Certamente este fato não ocorreu pela irrelevância dos temas, mas talvez, sim, pela pontualidade e especificidade de suas reflexões: *Financiamento da Educação*; *O Público e o Privado na Educação*; e *Planejamento e Avaliação Educacionais*.

Uma vez que os temas muitas vezes se entrelaçam e diversos deles são analisados em várias categorias, é importante destacar que a alocação de cada um em uma dada categoria deveu-se ao foco *principal* da análise desenvolvida. Nesse sentido, os estudos são complementares, mesmo configurando-se como originais e específicos.

O Gráfico 1 possibilita a visualização de todas as categorias e a dispersão das pesquisas entre elas.

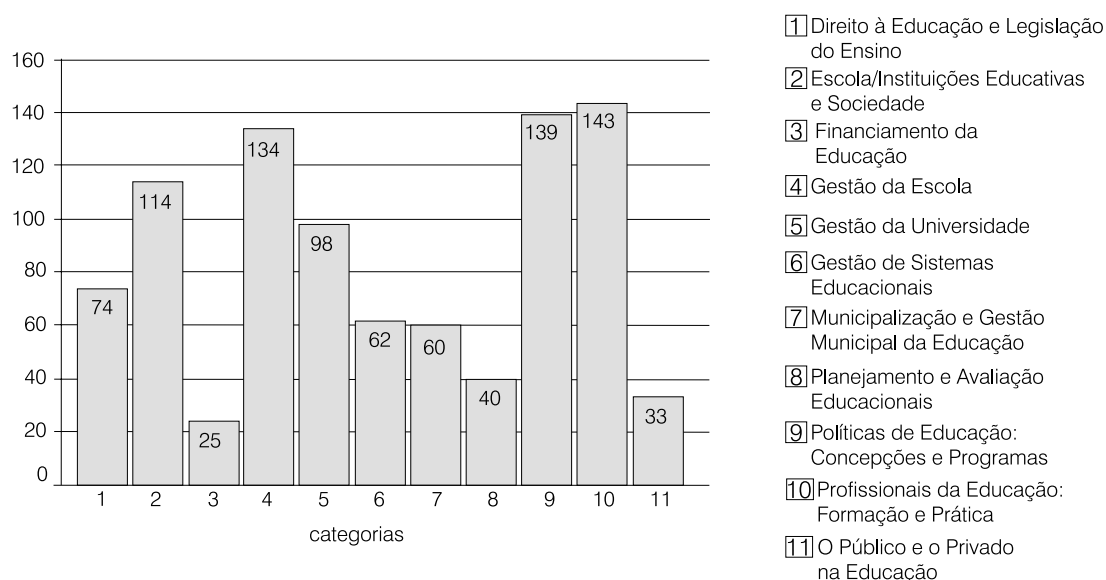


Gráfico 1 – Número de pesquisas levantadas por categoria temática

As pesquisas analisadas são decorrentes de três origens: dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas docentes (individuais, coletivas, interinstitucionais, etc.). Destaca-se, nessa tabela, a produção de dissertações, que atinge a marca de quase 64% do total; seguem-se, na ordem, as pesquisas docentes e as teses, essas em número significativamente menor (Gráfico 2).

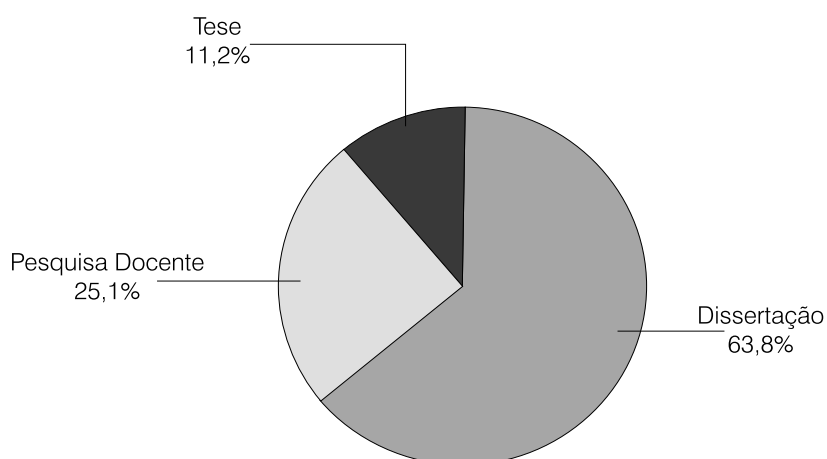


Gráfico 2 – Porcentagem das pesquisas segundo a natureza

No que concerne à produção das pesquisas no espaço temporal de análise (1991 a 1997), destaca-se o ano de 1995 como o mais profícuo quantitativamente, concentrando cerca de 25% das pesquisas do período. Nos quatro anos que antecederam 1995, a produção de pesquisas na área manteve pequena variação; nos anos posteriores, no entanto, nota-se uma significativa queda em 1996, com uma pequena recuperação em 1997 (Gráfico 3).

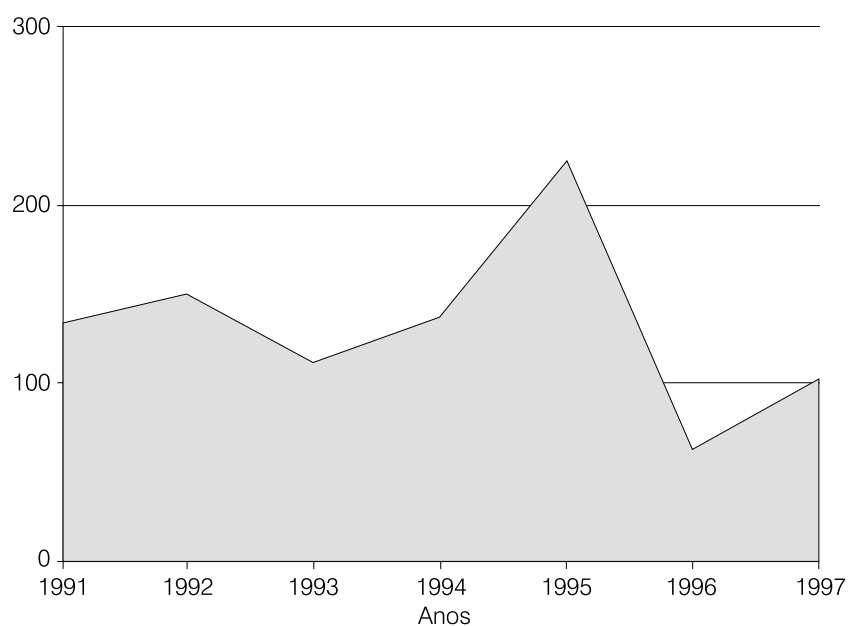


Gráfico 3 – Pesquisas por ano de conclusão

As pesquisas analisadas no presente estudo foram produzidas nas cinco regiões geográficas brasileiras, tendo sido encontradas sete desenvolvidas por mais de uma região e duas com a participação de instituições estrangeiras.

A preponderância daquelas oriundas da Região Sudeste (mais de 50%) confirma a expectativa, como consequência da concentração dos programas de pós-graduação brasileiros nesta região. Próximo de 40% do total de pesquisas foram produzidas nas Regiões Sul e Centro-Oeste, ficando menos de 10% nas Regiões Norte e Nordeste.

A dispersão da produção de pesquisas em políticas e gestão da educação apresentada (Gráfico 4), altamente centralizada nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (90%), parece demonstrar a fragilidade das políticas públicas de educação e de ciência e tecnologia nas regiões economicamente mais carentes.

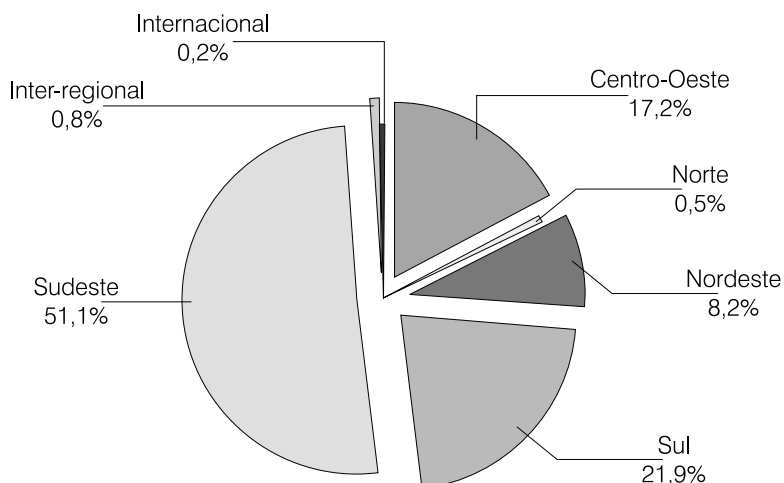


Gráfico 4 – Pesquisas por origem regional de sua produção

Ao verificar a distribuição das pesquisas nas regiões, conjugada à situação apresentada nos anos focalizados (Tabela 2), verifica-se uma nítida tendência de ampliação das oriundas das Regiões Centro-Oeste e Sul, com um declínio das produzidas na Região Sudeste. Os anos de 1996 e 1997 mostram o empobrecimento das pesquisas produzidas nas Regiões Norte e Nordeste.

Tabela 2 – Pesquisas por ano de conclusão, segundo a região de origem

REGIÕES		ANOS							TOTAL
		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	
Centro-Oeste	N	14	13	12	25	39	18	38	159
	%	10,4	8,7	10,8	18,1	17,3	29,0	37,3	17,2
Norte	N		2			3			5
	%		1,3			1,3			0,5
Nordeste	N	13	7	6	14	36			76
	%	9,7	4,7	5,4	10,1	16,0			8,2
Sul	N	19	44	24	28	34	18	35	202
	%	14,2	29,3	21,6	20,3	15,1	29,0	34,3	21,9
Sudeste	N	86	84	68	71	112	26	24	471
	%	64,2	56,0	61,3	51,4	49,8	41,9	23,5	51,1
Inter-regional	N	1				1		5	7
	%	0,7				0,4		4,9	0,8
Internacional	N	1		1					2
	%	0,7		0,9					0,2
TOTAL	N	134	150	111	138	225	62	102	922
	%	100	100	100	100	100	100	100	100

OS CAPÍTULOS DO LIVRO

Quanto aos capítulos constantes do presente livro, abrangendo as 11 categorias de análise, destaca-se:

No capítulo "Educação-Estado-Sociedade como Pano de Fundo da Gestão do Ensino", elaborado por Bráulio Tarcísio Porto de Mattos e Maria Zélia Borba Rocha, é analisada a diversidade temática e metodológica encontrada no âmbito da categoria. Os autores verificam a inserção da categoria no conjunto geral das pesquisas, destacando sua posição relativa e significativa (114 pesquisas), e as características gerais dessa categoria relativamente às demais. Em seguida, passam ao "mapeamento dos estudos feitos na área temática em questão". Apresentam os resultados encontrados em relação aos dois conjuntos temáticos (categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* e as demais), considerando a região, o tipo de trabalho, o tipo de instituição e sexo/modalidade. Ao se debruçarem na análise da diversidade temática interna à categoria, consideram cinco variáveis: o tipo de investigação, a metodologia da pesquisa, o aporte teórico, o *locus* focado no trabalho e as subcategorias temáticas. As subcategorias indicadas pelos autores são: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Representações Sociais, Estruturação Escolar e Gestão do Ensino.

O capítulo "Direito à Educação e Legislação do Ensino", elaborado por Lourdes Marcelino Machado e Romualdo Portela de Oliveira, aborda o tema descrito em 74 pesquisas, sob duas óticas: a da educação enquanto um direito da cidadania e a da realidade da legislação do ensino encontrada nas pesquisas produzidas. Sob a ótica da educação como direito, a análise recai sobre as questões da inclusão e da exclusão, da educação cidadã e das experiências e alternativas para a transformação desse direito em prática. Sobre a questão da legislação educacional, os autores destacam, em sua análise, estudos que trataram da elaboração, os que se voltam para a interpretação e os demais, que estudam os impactos da legislação na realidade educacional.

No capítulo "Políticas de Educação: Concepções e Programas", produzido por Janete Maria Lins de Azevedo e Márcia Angela da Silva Aguiar, são analisados 139 resumos que, arbitrariamente, foram "agrupados em três grandes blocos temáticos". O primeiro desenvolve

as análises sobre concepções de políticas de educação, compreendendo 16% dos casos; no segundo, encontram-se os que tratam do papel dos partidos políticos e de outras entidades da sociedade civil na proposição de políticas ou no acompanhamento da sua implementação, com 11% dos casos; por último, tem-se o bloco temático que agrega os trabalhos voltados para a avaliação de programas e projetos, o maior dos três, englobando 73% do total analisado.

As autoras mostram o destaque que as pesquisas vêm dando ao tema *Políticas de Educação*,

cujas explicitações advêm do significativo acervo produzido nos sete anos aqui considerados. Com efeito, os pesquisadores deste campo têm colocado à disposição da comunidade acadêmica uma gama diversificada de estudos sobre os mais distintos temas e problemas, o que, de certo modo, 'cobre' questões relativas a todos os níveis de ensino, bem como a atores e entidades que possuem uma interface direta com a política educacional.

No capítulo "O Público e o Privado na Educação", produzido por Luiz Fernandes Dourado e Maria Sílvia Simões Bueno, é ressaltado que

o debate entre o público e o privado na educação brasileira não é recente, e as pesquisas explicitam pontos de convergência e de divergência entre os quais se inserem as questões destas categorias e seus reflexos em cada modalidade e/ou nível educacional, destacando análises que tratam da natureza e do caráter da educação.

Os autores identificam, no conjunto dos 33 resumos analisados, as seguintes subcategorias: Relações Público/Privado, Estudos Comparativos, Esfera Pública, Esfera Privada e Instituições Filantrópicas/Confessionais. Destacam que

a reflexão sobre o enfoque temático dos trabalhos, no intuito de delinear o perfil de cada subcategoria, foi conduzida pela seleção dos descritores evidenciados nos textos dos resumos e não nos trabalhos neles sintetizados.

Apontam também para a presença da categoria nas demais pesquisas, assinalando que

sua presença é ressaltada por uma série de indicadores, que classificamos como específicos ou tangenciais, os quais denotam sua transversalidade e a existência de grande similaridade, na abordagem teórica e tratamento analítico, com os estudos arrolados na categoria específica.

Nas considerações finais, destacam as novas facetas da relação público e privado, "o que coloca (...) novos marcos e desdobramentos efetivos na esteira fronteiriça entre o público e o privado".

O capítulo "Pesquisas no País sobre o Financiamento da Educação: Onde Estamos?", elaborado por Jacques Velloso, apresenta *um cenário dos estudos sobre financiamento*, destacando que a consolidação das pesquisas sobre o tema, na literatura internacional, remonta às décadas de 60 e 70. Aborda a diversificação dos modelos de análise do financiamento da educação nos anos recentes, em especial do *financiamento escolar*, as temáticas que vêm predominando na década de 90 – equidade, *custos da educação*, *bolsas de estudo e empréstimos a estudantes*; e os estudos que tratam de avaliação e financiamento. Destaca ainda uma outra abordagem dos estudos de financiamento que coloca o Estado no centro das análises e tem "como ponto de partida a responsabilidade deste para com o financiamento do ensino público". Quanto à situação das *pesquisas no País* nesse cenário, o autor analisa o conjunto dos 25 resumos de pesquisas registrados, procurando indicar "os tipos de recortes que dominam os objetos de estudo, depois os grandes temas transversais que os marcam e, finalmente, os principais tópicos tratados".

O capítulo "Municipalização e Gestão Municipal da Educação", elaborado por Cleiton de Oliveira e Lúcia Helena G. Teixeira, inicia com uma revisão bibliográfica sobre o tema, enfatizando a descentralização como matriz. Os 60 trabalhos desta categoria foram divididos em duas subcategorias: Municipalização do Ensino e Gestão do Ensino Municipal. Na primeira, foram detectadas como principais temáticas a democratização, o binômio centralização x descentralização e a dimensão administrativa. Na segunda, foram identificados como temas principais a dimensão administrativa, a dimensão política e pedagógica, a qualidade de ensino, mudança e democratização. Enfatizam os autores que os estudos estão progressivamente tomando como tema a análise de experiências na gestão municipal da educação.

No capítulo "Planejamento e Avaliação Educacionais", produzido por Bernardo Kipnis e Roberto Algarte, partindo de "duas referências conceituais relacionadas à concepção dos termos *planejamento e avaliação*", os autores estabelecem "os descritores de categorização" que "estão representados por vocábulos ou expressões-chave que exprimem a natureza temática da pesquisa e que proporcionaram, de forma objetiva, a sua categorização". Destacam a relevância teórico-prática da categoria e apontam três princípios fundamentais ao planejamento e à avaliação: *dialogicidade*, *participação*, *diretividade*. Na seção "Análise dos resultados na categoria" apresentam "alguns comentários e gráficos sobre o perfil dos trabalhos identificados nesta categoria, em dois níveis. Primeiramente, uma descrição da incidência porcentual nas escalas das variáveis com as quais foi possível trabalhar". Em seguida, propõem "alguns cruzamentos, de forma a possibilitar uma compreensão mais desagregada dos dados e a identificação de diferenças porventura existentes". O perfil vai ser "descrito através das variáveis *ano*, *região*, *unidade da Federação*, *instituição*, *subcategoria* e *tipo de pesquisa*". Nas considerações finais, os autores buscam interpretar as "tendências da produção em pesquisa" identificada a partir dos 40 documentos analisados.

No capítulo "A Questão da Formação dos Educadores no Brasil: Integrando Estudos Realizados na Busca de Novas Soluções", elaborado por Marta Luz Sisson de Castro e Naura Syria Carapeto Ferreira, são considerados 143 resumos que constituíram o universo da pesquisa. Estes resumos apresentam-se agrupados em "seis subcategorias que se construíram na/da convergência das temáticas abordadas na produção científica relativa à categoria" mencionada, a saber: Formação; Prática; Luta sindical e Profissionalização; Formação do Especialista (supervisor, orientador); Avaliação; e Outros. Na temática *Formação*, as produções organizam-se em três aspectos: formação do professor, formação do educador e formação política. As autoras analisam os resumos vinculados a cada um desses aspectos e, na análise dos dados, assinalam os possíveis ganhos e as lacunas detectadas. Por fim, indicam as tendências e perspectivas da temática em questão.

No capítulo "Gestão de Sistemas Educacionais: a Produção de Pesquisas no Brasil", elaborado por Regina Vinhaes Gracindo e Vani Moreira Kenski, são analisadas 62 pesquisas. O texto apresenta, num primeiro momento, a descrição dos tipos de pesquisa, ano de conclusão, instituições de origem, regiões das instituições, gênero de seus autores e amplitude dos grupos, esferas do poder, instâncias administrativas e, finalmente, níveis de ensino. Numa segunda parte, analisa a relação do tipo de pesquisa com os anos em que foram concluídas, compara esses dados e as instituições em que as pesquisas foram realizadas e identifica o tipo de investigação e a metodologia que forjaram as pesquisas em questão. Ao final do texto, são apresentadas reflexões sobre os seis eixos temáticos identificados nos documentos: produção de pesquisas; organização e o funcionamento dos sistemas educacionais; questões sobre a relação escola/trabalho/modernização na gestão dos sistemas educacionais; articulação entre as instâncias do poder público; gestão de políticas públicas especiais; e a democratização da gestão de sistemas educacionais. Além da supremacia quantitativa desse último eixo de análise, destaca-se a significativa ênfase dada aos estudos sobre descentralização, autonomia e municipalização na gestão desses sistemas.

No capítulo "Gestão da Universidade: Caminhos e Possibilidades na Produção de Pesquisas", desenvolvido por Afrânio Mendes Catani e Maria Estela Dal Pai Franco, os autores apresentam "um quadro panorâmico da temática Gestão da Universidade, em produções de pesquisa no interregno 1991-1997, analisando condições, inserções e convergências temáticas, tendo presente a distribuição temporal e a natureza do estudo". No estudo, são analisados 98 documentos nos quais são trabalhadas as subtemáticas de Avaliação e Qualidade, Universidade e Pesquisa, Política de Educação Superior, Universidade e Sociedade, História da Universidade, Perfil do Profissional e Autonomia e Decisão.

O capítulo "Gestão da Escola" foi desenvolvido por Antonio Elizio Pazeto e Lauro Carlos Wittmann. Em seu estudo dos 134 documentos, identificaram como temas convergentes da pesquisa nesta área temática as subcategorias: Democratização da Gestão e Autonomia, Organização do Trabalho Escolar, Função e Papel do Gestor e Gestão Pedagógica. Salientam o crescente reconhecimento da centralidade da escola – e, nesta, da aprendizagem – , apresentam um quadro geral dos resultados das pesquisas e detalham informações sobre cada um dos quatro temas convergentes identificados na análise.

Com a divulgação deste trabalho de pesquisa, a Anpae tem como objetivo contribuir para o avanço da pesquisa na área e, principalmente, subsidiar a melhoria da prática e formação dos gestores da educação em todos os níveis e modalidades e, também, a definição de políticas. A perspectiva da emancipação humana, de sua autonomização, da construção sempre mais consistente e significativa da educação pública, democrática, universal, gratuita e de qualidade para os brasileiros funda a atuação teórico-prática da Anpae.